

As particularidades da tutela provisória de urgência no processo coletivo ambiental

Juiliano Telles Adriano

Miguel Mônico Neto

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

ADRIANO, Juliano T. **As particularidades da tutela provisória de urgência no processo coletivo ambiental**. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

ADRIANO, Juliano T. **As particularidades da tutela provisória de urgência no processo coletivo ambiental**. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo verificar como são analisados os requisitos da tutela provisória de urgência no processo envolvendo a temática ambiental, identificando-se as peculiaridades envolvendo a matéria e a eficácia em processos que buscam sua proteção, a partir da proposta prevista na própria Constituição Federal de 1988 e da aplicação da tutela jurisdicional de precaução. Destaca-se no estudo a necessidade de analisar o tema na sua perspectiva de direito fundamental ao

meio ambiente equilibrado e sob a ótica do princípio da precaução, frente à regra que exige certo grau de certeza (juízo de probabilidade) para concessão de uma tutela provisória, o que pode ser ineficaz para a prevenção de determinados riscos e danos ao meio ambiente. Na oportunidade, buscou-se enfatizar a importância de observar o princípio da precaução na análise dos requisitos da tutela de urgência no processo judicial que almeja proteger o meio ambiente e, ainda, identificar os cenários de (in)aplicação das peculiaridades da norma ambiental em situações de tutela de urgência no processo judicial envolvendo a matéria, bem como as consequências. O estudo mostrou que, nos processos judiciais envolvendo a tutela coletiva do meio ambiente, o exame de medidas de urgência em matéria ambiental milita em favor da proteção do meio ambiente, sob pena de provocar consequências prejudiciais graves ou irreversíveis ao direito fundamental das presentes e futuras gerações.

Palavras-chave: Ambiental. Direito fundamental. Precaução. Tutela provisória.

ABSTRACT

The aim of this work was to verify how the requirements of urgent provisional relief in the process involving the environmental theme are analyzed, identifying the peculiarities involving the matter and the effectiveness in processes that seek its protection, based on the proposal provided for the Federal Constitution itself of 1988 and the application of the judicial protection of precaution. The study highlights the need of analyzing the issue from its perspective of fundamental right to a balanced environment and from the perspective of the precautionary principle, given the rule that requires a certain degree of certainty (judgement of probability) for the granting of provisional guardianship, which may be ineffective in preventing certain risks and damage to the environment. On that occasion, we sought to emphasize the importance of observing the precautionary principle in the analysis of the requirements of urgent protection in the judicial process that aims to protect the environment, and also to identify scenarios of (in) application of the peculiarities of the environmental standard in emergency relief situations in the judicial process involving the matter, as well as the consequences. The study displays that, in legal proceedings involving collective protection of the environment, the examination of urgent measures in environmental matters militates in favor of the protection of the environment, under penalty of causing serious or ir-

reversible harmful consequences to the fundamental right of present and future generations.

Keywords: Environmental. Fundamental right. Precaution. Provisional guardianship.

Texto completo em PDF